

# **A QUESTÃO AGRÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS EM BELÉM DO PARÁ**

Danillo Vaz Costa<sup>1</sup>, Fabiano de Oliveira Bringel<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará; danillo\_vaz11@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade do Estado do Pará; fabianobringel@gmail.com

*Artigo recebido em 04/09/2020 e aceito em 09/05/2020*

---

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo discutir a questão agrária e o campesinato na Amazônia e o impacto das políticas públicas territoriais na institucionalização do assentamento Mártires de Abril em Mosqueiro (Belém do Pará), bem como a luta pela terra e os impactos dos movimentos sociais na construção e ocupação dos territórios. Assim, para sistematizar tal análise, os procedimentos técnicos de pesquisa têm a abordagem qualitativa, tendo como instrumento para a produção de dados trabalhos de campo no Assentamento Mártires de Abril, além do levantamento bibliográfico para entendimento da realidade estudada. Além disso, dialoga sobre a necessidade de maiores investimentos do poder público no setor de agricultura familiar que cada vez mais mostra-se o principal produtor alimentício para a população brasileira e reforçar ao longo deste texto a importância dos movimentos socioterritoriais para a implementação da reforma agrária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas Territoriais; Agricultura Familiar, Amazônia, Questão Agrária, Belém do Pará.

## **ABSTRACT**

This article aims to discuss the agrarian issue and the peasantry in the Amazon and the impact of territorial public policies on the institutionalization of the Mártires de Abril settlement in Mosqueiro (Belém do Pará), as well as the struggle for land and the impacts of social movements in the construction and occupation of territories. Thus, in order to systematize such analysis, the technical research procedures have a qualitative approach, using field work in the Mártires de Abril Settlement as an instrument for data production, in addition to the bibliographic survey to understand the studied reality. In addition, it dialogues about the need for greater investments by the public authorities in the family farming sector, which increasingly shows itself to be the main food producer for the Brazilian population and to reinforce throughout this text the importance of socio-territorial movements for the implementation of agrarian reform.

**KEYWORDS:** Territorial Public Policies; Family Agriculture, Amazon, Agrarian Question, Belém do Pará.

## **INTRODUÇÃO**

Belém do Pará está localizada na região norte do Brasil, sendo o município mais populoso do estado e com o IDH de 0,746. A região insular no município ocupa grande parte do território, compreendendo cerca de 65% de sua área total. A questão agrária se estabelece em sua maioria na região das ilhas e este artigo terá enfoque no Assentamento Mártires de Abril, na Ilha de Mosqueiro. O constante problema da precariedade nos investimentos públicos na região insular de Belém em contraste com a

importância dessa área rural e sua dimensão, fomentaram a elaboração deste artigo com o seguinte tema: a questão agrária e as políticas públicas territoriais em Belém do Pará: um diálogo a partir do Assentamento Mártires de Abril em que se propõe uma análise da interferência do poder público nas áreas das ilhas do município de Belém e na relação que se desenvolve entre o campo e a cidade.

De acordo com Leslie Pal (*apud* SABOURIN, 2017, p. 2) as políticas públicas são “uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados.” Para Rua (2014) as políticas públicas partem de decisões e ações que resultam em destinação de verbas para bens públicos. Outro aspecto é a importância do AMA (Assentamento Mártires Abril) para a questão agrária, por meio da perspectiva de uma embrionária implementação da reforma agrária na Amazônia.

A fim de chegar aos resultados dessa pesquisa, será utilizado o método qualitativo, que na concepção de Chizzotti (2003)

ImproPRIAMENTE e, às vezes, ironicamente, é designada pesquisa leve (*soft*), realizada no convívio com pessoas e fatos, oposta às ciências que se auto denominam duras (*hard*), realizadas na impessoalidade dos dados, nas clausuras laboratoriais ou em laboriosas exegeses estatísticas (p. 223).

Com o objetivo de melhor analisar o objeto em estudo, utilizamos dados quantitativos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como uma série de trabalhos de campo, que de acordo com as autoras Lakatos e Marconi (2003, p. 186) “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.”

A necessidade de analisar registros como fotos e documentos, é extremamente importante para entender a realidade do AMA, assim como da observação direta e intensiva utilizando de entrevistas pré-elaboradas no modelo qualitativo, formuladas com características de diálogo com o intuito de tornar o contato pesquisador-objeto mais próximo.

## **OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO TERRITÓRIO**

Todo movimento social tem o espaço como objeto de luta, sendo o território o objetivo final dos conflitos. Há uma necessidade na ciência da geografia de discussão sobre a importância do estudo de movimentos sociais e seus impactos no espaço, sendo assim, discutir os conceitos de território são de extrema importância para fundar os

alicerces deste artigo, pois esta categoria é um dos principais mecanismos de análise para se entender as políticas públicas e o campesinato. O território geralmente se confunde com o espaço, objeto principal da geografia, sendo comumente, de acordo com Souza (2013), associado quotidianamente a uma “grande extensão de terra”. De acordo com Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, o primeiro, passa por uma ação de um ator que se apropria do espaço, territorializando-se, sendo assim uma produção dele. Raffestin citando Lefebvre explicita que o “espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (1993, p.144) e para além dessa perspectiva subjetiva de prisão, temos que entender o território também como espaço moldado de acordo com os interesses dos diferentes agentes.

Diversos agentes podem territorializar o mesmo espaço de diferentes formas, respeitando os interesses próprios, dessa maneira, toda ação humana sobre o espaço resulta no território e está presente em toda sociedade em que

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" [...]. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Toda sociedade se territorializa, no entanto, “pode haver uma territorialização precária dos sujeitos” (FABRINI, 2011, p. 98), em que nesses casos o grupo exerce pouco domínio sobre o território. Não somente o território ou a territorialização são inerentes a sociedade, mas também se mostra inerente aos diferentes espaços, sendo utilizada também nas áreas rurais como mecanismo para implementação de políticas públicas, que serão discutidos posteriormente. É através dessa perspectiva que as ações do estado, luta de classes, interesses de grupos hegemônicos, entre outros, que no geral, são relações de poder e que permeiam desde um recorte territorial até as ações infligidas por esses agentes que

Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p.158-159)

Entender o território está para além de entender o espaço como sujeito dissociável dos atores, as raízes do conceito estão justamente no antagonismo dessa assertiva, ou seja, o território é indissociável dos agentes da sociedade, resultando em um instrumento político-econômico-social de manejo, influência e até controle do espaço e que é efetivada por e para a sociedade.

A própria construção de um território, seja por parte dos poderes públicos (Estado) ou de outros agentes, é uma fragmentação do espaço (FERNANDES, 2008, p. 277), para o autor essas “transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço” (idem, 2008, p. 277). O Estado enquanto gestor do espaço, predominantemente, ignora as diferentes territorialidades presentes em um mesmo território, reafirmando desigualdades e comprometendo a realidade de cada grupo. Para Fernandes “a definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial” (2008, p. 278). A própria problemática levantada pelo autor reforça essa questão de que “os diferentes que se formam com conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio” (2008, p. 274) e percebeu que “a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino” (ibidem).

Os movimentos sociais são importantes modificadores do espaço e é notório que em busca de fortalecimento os movimentos sociais combatem os privilégios de classes resultado de uma constante luta de classes em que os grupos hegemônicos, de maneira arbitrária, apropriam-se do espaço e reafirmam o seu campo e poder, nesse modo, “as lutas de classes intervêm na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os sujeitos” (FERNANDES, 2004, p. 2). Os movimentos sociais modificadores do espaço geram movimentos socioterritoriais que são de extrema importância para entender o constante movimento de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) presentes no espaço, como o fluxo de empresas capitalistas, da agricultura camponesa e recentemente a explosão do agronegócio exterior que incide cada vez mais a apropriação de lotes no Brasil para a produção de bioenergia e *commodities* agrícolas. A busca pelo território é um dos fatores que move os movimentos sociais, a busca pelo e por um espaço que possua a identidade do movimento é o maior dos objetivos dos movimentos socioterritoriais, a necessidade de territorializar, conquistar o território é a razão da existência dos movimentos sociais, ou seja, para todo movimento o espaço é fundamental (FERNANDES, 2005).

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfiamento entre as forças políticas que

procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 30)

Os movimentos socioterritoriais enfrentam constantemente barreiras provenientes do Estado que dificultam sua permanência no espaço, dentre os diversos movimentos socioterritoriais presentes no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos mais expressivos no processo de luta pela terra e que ao longo dos anos assentou 350 mil famílias no Brasil, o MST representa um forte movimento de busca pela direito a terra e pela reforma agrária.

### **O ASSENTAMENTO MÁRTIRES DE ABRIL: A RESISTÊNCIA E A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

O Assentamento Mártires de Abril é inserido no projeto esurge a partir de um acampamento pedagógico no centro de Belém - como resposta ao massacre de Eldorado do Carajás ocorrido em 1996 - formado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em conjunto com a população residente da periferia da cidade. Ocupam posteriormente a fazenda Taba (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica) e montaram acampamento reivindicando a desapropriação da área, conquistando a terra em 2001. A grande dificuldade, de acordo com a Carla Lagoia - uma das militantes e coordenadora do AMA -, é “fixar o homem na terra” e para isso o poder público (municipal e federal) auxiliaria com a implementação e manutenção de infraestrutura nos lotes. Entre os programas inseridos no assentamento para o auxílio na produção foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desenvolvido nos primeiros anos de ocupação nos lotes que, ainda de acordo com a dirigente, o período de 2001-2003 foi bastante danoso em decorrência da precariedade de orientação técnica das equipes representantes do Estado e do próprio Pronaf.

O Pronaf<sup>1</sup> tem por objetivo auxiliar em diversos pontos da produção agrícola em lotes familiares, tanto no custo da produção (Pronaf Custeio), como também com o Pronaf Mais Alimentos que possibilita a modernização no campo, dentre outros. O Pronaf Agroecologia era uma das linhas de crédito implementada no assentamento, que tinha por foco a manutenção técnica e o auxílio na produção agroecológica e orgânica dos produtores coletivos. No entanto, esses investimentos não obtiveram resultados positivos, demonstrando o olhar tecnicista e comercial do estado que está constantemente ligado a ideia de desenvolvimento que de acordo com Black,

---

<sup>1</sup> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito> Acesso em: 13 de Julho de 2018.

Nesse caso, desenvolvimento, não obstante o uso a torto e a direito do impreciso adjetivo sustentável, significa exclusivamente crescimento das forças produtivas. Custe a quem custar. De fato, os grupos sociais percebem o desenvolvimento mais como dano do que como oportunidade de melhorar suas condições de vida (*apud* Peixoto, 2009, p. 68).

Essa perspectiva trouxe para o lote um grande problema de produção, resultando na perda de muitos produtores que desistiram do campo e retornaram para as periferias de Belém. Com a ineficiência do Pronaf nos primeiros anos do AMA e após muita luta e resistência dos agricultores, o assentamento resistiu e hoje consegue produzir de maneira coletiva diversas culturas. Outra estratégia que passou a se integrar à localidade, foram os Sistemas Agroflorestais ou SAFs, que visam o manejo de recursos naturais aliados ao cultivo agrícola ou pecuário no mesmo espaço (MONTAGNINI, 1992), além do caráter ambiental que também possibilitou melhoria de renda e produção para os lotes em que foram implementadas. É importante perceber, contudo, que ocorre um intenso processo de retirada da vegetação nativa da região Amazônica em detrimento de monoculturas extensivas para a comercialização, como é o caso da soja e do dendê no espaço Amazônico que se mostram extremamente prejudiciais para o solo e ameaçam a agricultura familiar, pois como afirma Winnie,

mostrando que 70% a 75% dos alimentos básicos da mesa do(a) brasileiro(a) vêm da agricultura familiar, mesmo ocupando uma área extremamente limitada se comparada às terras ocupadas pelo agronegócio. Aponta ainda que a lógica do agronegócio é a de que “o Brasil já produz muitos alimentos e pode produzir muito mais”. Esse é um pensamento equivocado, pois, na realidade, a preocupação é incorporar o(a) agricultor(a) dentro do negócio do dendê e [...] têm pouco tempo e espaço para produzir seus próprios alimentos e também para o mercado local (2013, p. 4).

A população residente da Ilha de Mosqueiro mais do que duplicou em 40 anos, indo de 14.460 mil habitantes em 1980 a 33.232 mil habitantes em 2010, a estimativa é de 50 mil habitantes atualmente (IBGE). O crescimento populacional da ilha ocorre devido ao processo de abertura da rodovia Meira Filho em 1965 e se intensifica com a construção da Ponte Sebastião de Oliveira em 1976, de acordo com Ferreira (2012) nos últimos 30 anos mosqueiro se reconfigura, e as moradias temporárias passam a ser moradias fixas, além de aumentar a presença de assentamentos e ocupações nas áreas da ilha. Belém possui cerca de dez assentamentos rurais, dentre eles, temos dois PCA (Projeto de Assentamento Casulo), um PA (Projeto de Assentamento Federal) e sete PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), como podemos ver abaixo:

Quadro 01 – Assentamentos em Belém

Assentamento	Área de Belém	Cap.	Fam. Assentadas	Data de Criação	Área (ha)
<b>PCA MÁRTIRES DE ABRIL</b>	Ilha de Mosqueiro	95	94	30/10/2001	408,0000
<b>PCA ELIZABETH TEXEIRA</b>	Ilha de Mosqueiro	27	27	23/09/2004	71,7372
<b>PA PAULO FONTELES</b>	Ilha de Mosqueiro	60	59	13/07/2006	848,5102
<b>PAE ILHA GRANDE BELÉM</b>	Ilha Paulo da Cunha	99	99	28/09/2006	922,8357
<b>PAE ILHA JUTUBA</b>	Ilha Jutuba	73	72	28/09/2006	513,5044
<b>PAE ILHA MURUTUCU</b>	Ilha Murutucu	144	121	28/09/2006	877,4825
<b>PAE ILHA PAQUETÁ</b>	Ilha Paquetá	108	103	28/09/2006	802,2588
<b>PAE ILHA DO CUMBU</b>	Ilha do Cumbu	230	205	07/11/2006	1508,7929
<b>PAE COMPLEXO MARACUJÁ</b>	Ilha do Maracujá	150	143	07/11/2008	824,8050
<b>PAE ILHA NOVA</b>	Ilha Nova	50	28	09/09/2009	273,8878

Fonte: INCRA, 2019

É importante destacar que é através da produção camponesa que a cidade pode se desenvolver; é por meio de políticas públicas territoriais que proporcionem a reprodução do modo de vida camponês que podemos desenvolver a sociedade. Em 2017, o último incentivo no AMA, foi a instalação do viveiro de produção de mudas, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), através da Diretoria de Desenvolvimento da Cadeia Florestal (DDF), que coordena a execução de projetos de produção e de restauração florestal, é importante, de acordo com diversos produtores do Assentamento, esse é o primeiro investimento significativo após muitos anos de esquecimento do poder público.

Imagem 01 – Viveiro de Mudas



Fonte: Danillo Vaz (2019)

A identidade camponesa está ligada com o território – a exemplo do movimento socioterritorial MST que busca a consolidação de seu território (como abordado anteriormente) – a partir da implementação do AMA por meio do projeto Casulo, o território camponês constituído passou a carregar a identidade do campesinato e do MST e essa realidade gerou uma série de conflitos. Como um dos passos para a implantação do Projeto Casulo era a construção de uma escola que atendesse os assentados e a comunidade residente de Mosqueiro, o projeto que o AMA tinha como objetivo de executar era a construção dessa escola dentro do território do assentamento, no entanto, com a mudança de prefeito entre o Edmilson Rodrigues e o primeiro mandato do Duciomar Costa, temos uma alteração do projeto inicial e a transferência da escola para uma região afastada do assentamento e até da zona urbana de Mosqueiro, a decisão tinha como motivos a falta de crianças no assentamento, de acordo com Carla Lagoia o AMA possui entre 100-130 crianças com a idade de 0-12 anos, para os assentados essa mudança de espaços tem como objetivo um “boicote” a eles em não ter contato com esse projeto de escola. Para Lagoia, torna-se complicado não ter uma escola do campo para as crianças do assentamento, a escola tem que constituir uma identidade camponesa, “como é do campo se não constrói a identidade do campo” (Entrevista realizada com Carla Lagoia em 05/02/2019).

## **CONCLUSÃO**

A indiferença na produção familiar no campo é contraditória com os números da produção anual, que já responde por mais da metade da produção alimentícia no país. Não investir em políticas públicas nas áreas é investir na decadência da sociedade brasileira enquanto autossuficiente no quesito alimentício, social e econômica. Enquanto as políticas públicas continuarem a priorizar a implementação de grandes projetos no território Amazônico, vivenciaremos a constante luta no campo que a cada ano resulta na violência e morte de camponeses e militantes que lutam por uma sociedade mais justa.

A desigualdade gerada e reproduzida pelo descaso do poder pública perpassa a relação campo-cidade, a concentração fundiária, modernização e “desenvolvimento” a qualquer custo do campo resultam na pauperização do camponês, “aos expulsos do campo somam-se os excluídos nas cidades” (FILHO, 2009, p.199). É importante explanar sobre as dificuldades e limitações encontradas ao longo desta pesquisa, a falta de transparência no que se refere os investimentos destinado por setor no caso de Belém

foram uma das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa, em resposta o Tribunal de Contas do Município de Belém alegou que nos próximos anos esses dados estarão disponíveis para a população por meio da plataforma digital e que esses dados não são repassados para o TCM. No caso dos dados levantados sobre o projeto Casulo, a CODEM (órgão responsável pelo andamento do projeto) negou ter o controle sobre o projeto em questão, afirmando serem uma autarquia que possui somente dados referentes a ornamentação de cartas cartográficas dos assentamentos rurais.

Com isso, podemos perceber que Mosqueiro exerce algumas funções para o centro de Belém (Belém Continental), que podem nos auxiliar a entender a relação entre o campo e a cidade na região: a) o de lazer, principalmente durante dois meses no ano; b) local de residência de parte da população que se transferiu da periferia de Belém e de outras cidades; c) área que deve ser preservada; e d) campo de resistência e de produção de camponeses por meio da permanência em assentamentos rurais da reforma agrária.

Os dados coletados e as experiências obtidas por meio da pesquisa, evidenciam que as políticas públicas territoriais propostas pelo projeto Casulo, tiveram diversos pontos negativos para sua efetivação, do lado federal, o INCRA afirma cumprimento dos seus objetivos (regulamentação da terra) e transfere para a prefeitura de Belém a responsabilidade em relação ao AMA, do outro lado, a prefeitura de Belém alega desconhecer os assentamentos rurais presentes nas ilhas de Belém, o insular é visto como recanto a natureza sem habitação e com isso sem voz nas discussões políticas. De acordo com os números disponibilizados pelo INCRA, a política pública territorial de reforma agrária é efetiva no Brasil, na realidade, os números escondem que a reforma agrária no Brasil é resultado da luta dos movimentos socioterritoriais do campo e do sangue dos camponeses, o retrato de um país que se apoia na agricultura familiar camponesa para crescer e investe no perigoso agronegócio para “lucrar”.

## REFERÊNCIAS

- ABDO, M. T. V. N.; VALERI, S. V.; MARTINS, A. L. M. Sistemas Agroflorestais e Agricultura Familiar: Uma parceria interessante. **Revista Tecnologia e Inovação Agropecuária**. São Paulo – SP, 2008.
- CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém**. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial, 2006.

FERNANDES, B. M; MARTIN, J. **Movimento socioterritorial e "globalização":** algumas reflexões a partir do caso do MST, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 6. p. 14 - 34 Jan./jun. 2005

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, nº 02. Universidade do Minho. Braga, Portugal. pp. 221-236, 2003.

GOVERNO DO BRASIL. Agricultura familiar do Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos no mundo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> Acesso em: 13 de Julho de 2018.

GOVERNO NÃO ASSENTA FAMÍLIAS EM 2017 E REFORMA AGRÁRIA TEM FREIO INEDITO NO PAÍS. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/06/governo-nao-assenta-familias-em-2017-e-reforma-agraria-tem-freio-inedito-no-pais.htm> Acesso em: 27 de Outubro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília, DF, 2017.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Roteiro para criação de projeto de assentamento Casulo (PCA)**. Brasil, 2013.

LAKATOS, E. V; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTAGNINI, F. *Sistemas Agroflorestales: principios y aplicaciones en los trópicos*. San Jose, Costa Rica: II CA. 1992. 622p.

PNOT – **Ministério da Integração Nacional. Documento base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial** (versão preliminar). Brasília: MI-SDR, 2006.

PEIXOTO, R. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. In ROCHA, G. de M; MAGALHÃES, S. B; TEISEERENC, P. (orgs.) **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 65-93.

PORTAL G1 DE NOTÍCIAS. Agricultura familiar encolhe; assistência social tem alta: saiba quais áreas ganham e perdem no Orçamento 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/agricultura-familiar-encolhe-assistencia-social-tem-alta-saiba-quais-areas-ganham-e-perdem-no-orcamento-2018.ghtml>  
Acesso em: 13 de Julho de 2018.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis:Departamento de Ciências da Administração da UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.130p.

SABOURIN, E. Enfoque Sistêmico e análise das políticas públicas rurais. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento – RAF**. v. 11, nº 02, p. 29-48, Belém, jul-dez 2017.

WINIIE, O. Dendê: o avanço do monocultivo ameaça a agricultura familiar na Amazônia paraense. Entrevista com Winnie Overbeek. Série Entrevistas sobre a Amazônia. 2013.